

A CONSTRUÇÃO DA ESCRITA DE CRIANÇAS EM PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES DE EMÍLIA FERREIRO

p. 7 - 19

Ana Paula Ribeiro da Luz¹
Márcio José de Lima Winchuar²

Resumo

A presente pesquisa tem por objetivo analisar como ocorre o processo de construção da escrita nas crianças em período inicial de alfabetização, partindo do pressuposto de que a criança, desde muito cedo, já possui pré-conceitualizações sobre a escrita, cria hipóteses e faz uma sistematização, operando de forma diferente que a do adulto. Para a construção deste trabalho, foi realizada uma pesquisa de caráter bibliográfico, utilizando-se do aporte teórico de Ferreiro (1994, 1998, 1999), Grossi (1990), Soares (2003), Kleimam (2010), Cagliari (2009), entre outros. A partir dos autores, salientamos que através do contato que a criança tem com a escrita, no seu dia-a-dia, ela desenvolve a sua concepção sobre a mesma, antes mesmo de ingressar no sistema escolar. Devido a isso, destaca-se a importância do professor alfabetizador respeitar as tentativas da criança e trabalhar com os erros de forma que estes se tornem construtivos e auxiliem a criança a progredir a partir de suas próprias experiências, adquirindo assim, a forma convencional da escrita.

Palavras-chave: alfabetização; escrita; letramento; Emília Ferreiro.

ABSTRACT

This research aims to analyze how is the process of writing construction in children in early literacy period, assuming that the child very early, since possui pré-conceptualizations about writing, creating chances and makes a systematization, operating differently than in adults. For the construction of this work one bibliographical survey was conducted, using the theoretical framework Smith (1990, 1994, 1998), Grossi (1990), Soares (2003), Kleimam (2010). Through contact that children have with writing in their day-to-day it develops its design on it even before they enter the school system because of this also highlights the importance of literacy teacher respect the child's attempts and working with the errors so that they become constructive and assist the child to progress from their own experiences, thus acquiring the conventional way of writing.

Key words: literacy; writing; literacy; Emilia Ferreiro.

Introducción

A partir de uma abordagem teórica postulada por Ferreiro (1990), a criança, ao ingressar na escola, já possui um imaginário sobre a escrita, pois desde quando nascem, elas

já são construtoras de conhecimento. Torna-se tarefa do professor, portanto, sistematizar esse conhecimento que a criança já possui a fim de ajustá-lo a forma convencional da escrita. Partindo desse pressuposto, essa pesquisa torna-se relevante para a formação dos professores alfabetizadores, pois

1 Graduada em Pedagogia pela Universidade estadual do Centro-Oeste;

2 Professor de Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa (UNICENTRO-PR). Mestre em Letras pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná.

estes precisam ter conhecimento de como ocorre o processo de construção da escrita e de como as crianças organizam suas ideias e sistematizam seus erros, para assim, terem a oportunidade de estabelecer uma forma de trabalho com seus alunos que se torne mais produtivo e contribuir positivamente no processo de alfabetização dos mesmos.

O principal objetivo dessa pesquisa é esclarecer que a criança, em fase de alfabetização, não irá somente reproduzir fielmente algo que alguém lhe ensinou, mas que esta criança tem uma forma de interpretar a escrita que é própria dela, fato que para as pessoas que já são alfabetizadas pode parecer algo muito estranho. Entretanto, para a criança, essa escrita é totalmente lógica e foi organizada de forma muito particular. Objetivamos, também, mostrar a importância dos professores alfabetizadores conhecerem o processo de construção da escrita e respeitar as etapas pelas quais as crianças passam, pois a partir do momento que o professor tem a informação e conhece como o seu aluno raciocina diante do sistema gráfico e fonético tem a possibilidade de educar de forma muito mais produtiva, deixando de lado a preocupação somente de como se ensina e empenhar-se por descobrir em como o aluno aprende melhor.

A sistematização que a criança faz para a escrita é uma construção própria dela, que não deve ser considerada como uma transmissão de conhecimento feita de um adulto para a criança. As tentativas de escrita feitas pelas crianças têm

uma relevante lógica para as mesmas e isso nos possibilita perceber o quanto os adultos escrevem de forma mecânica algo que há muito tempo decorou e que pratica sempre. Já a criança em processo inicial de alfabetização, pensa muito antes de cada palavra que irá escrever. Já ao longo do seu percurso de construção da escrita, ela vai fazendo a si mesma algumas exigências e, conseqüentemente, formulando hipóteses para tentar supri-las, e nesse momento cabe ao professor ajudá-la, a fim de que a mesma consiga evoluir em seu processo, fazendo-a refletir e reconhecer, por exemplo, o nome e o som das letras e como elas se apropriam das partes da palavra. Vale ressaltar que é a partir dessas tentativas que surge o que para os adultos seria um erro, mas a criança está sistematizando suas ideias.

Nesse âmbito, a presente pesquisa justifica-se por apresentar as contribuições de Emília Ferreiro e Ana Teberosky no processo de construção da escrita de crianças em processo de alfabetização. O professor que conhece como o seu aluno elabora hipóteses e aprende irá fazer intervenções ao longo do processo de ensino que o ajudarão a refletir sobre a escrita e perceber o que precisa ser mudado. Essas intervenções não devem ser impensadas, pois o professor pode acabar suprimindo a criatividade da criança. Nesse âmbito, as intervenções devem ser intencionadas para que a criança perceba que falta algo em sua escrita e busque fazer sua própria correção, contando sempre com o auxílio de seu professor.

A pesquisa foi iniciada com a leitura de

obras, cujos autores tratam sobre a temática deste estudo, especialmente de Emília Ferreiro (1990), pesquisadora que se empenhou em defender a ideia de que as crianças pensam sobre a escrita e que a mesma se manifesta através de processos internos da criança e não somente de estímulos externos a ela. Ferreiro teve a grande honra de ser orientanda e colaboradora de Jean Piaget e seus estudos são guiados a luz das teorias do mesmo.

Organizamos este trabalho da seguinte forma: inicialmente introduzimos nosso objeto de pesquisa, justificando sua pertinência para os estudos na área de alfabetização. Em seguida, trazemos algumas considerações importantes acerca da temática em questão para, por fim, traçarmos efeitos de conclusão.

1. A importância do processo de construção da escrita

Muitas vezes, a forma de alfabetizar nas escolas tem se voltado para a seguinte questão: Qual é a melhor forma de se ensinar uma criança a escrever e a ler? Esse questionamento acaba caindo em um grande processo de escolha de métodos, sempre à procura de qual será a melhor forma de ensinar. Ferreiro (1990), através de seus estudos, nos faz pensar sobre outra questão: como as crianças aprendem, tendo em vista que constroem sistemas de interpretação da escrita e da leitura, particulares delas?

No desenvolvimento da leitura e da escrita, considerado como um processo cognitivo, há uma construção efetiva de princípios organizadores que, não apenas não podem ser derivados somente da experiência externa, como também são contrários a ela; são contrários, inclusive, ao ensino escolar sistemático e às informações não-sistemáticas (FERREIRO, 1998, p. 21).

A compreensão da natureza da escrita, suas funções e uso são indispensáveis ao processo de alfabetização. Entretanto, o que temos nas salas de aula e livros didáticos é um total desconhecimento desse processo e a não atenção adequada ao assunto. Caso o educador e a escola não tratem adequadamente a oralidade, bem como a escrita na alfabetização, ocorrerá dificuldades sérias no processo de aquisição de leitura por parte do aluno, tendo em vista que a leitura possui relação direta com a realização do objetivo daquele que escreve (CAGLIARI, 2009).

Nesse âmbito, lançando um olhar mais atento para a construção da escrita, vale lembrar que a criança, em fase inicial de alfabetização, procura formas de construí-la, atendendo as suas necessidades. No momento em que a criança começa a fazer suas produções escritas, ela já tem claro alguns conceitos sobre a mesma, pois “só se sabe e começa a escrever quando possuímos o conhecimento sobre a função da escrita” (NOGUEIRA; SILVA, 2004, p. 03). Desde as primeiras tentativas de escrita, as crianças já organizam sistematicamente as mesmas, mas para que um adulto possa entender essas organizações, é preciso ser um observador atento e considerar os aspectos construtivos da escrita e não somente os aspectos gráficos.

O modo tradicional de se considerar a escrita infantil consiste em se prestar atenção apenas nos aspectos gráficos dessas produções, ignorando os aspectos construtivos. Os aspectos gráficos têm a ver com a qualidade do traço, a distribuição espacial das formas, a orientação predominante (da esquerda para a direita, de cima para baixo), a orientação dos caracteres individuais (inversões, rotações, etc.). Os aspectos construtivos têm a ver com o que se quis representar e os meios utilizados para criar diferenciações entre as representações (FERREIRO, 1994, p. 18).

As construções das escritas das crianças vão evoluindo com o passar do tempo, por meio das intervenções que o professor faz, bem como

de suas experiências cotidianas, na busca de solucionar seus conflitos. Ferreiro e Teberosky (1999), a partir de experimentos realizados com crianças em fase inicial de alfabetização, definem cinco níveis sucessivos no processo de aquisição da escrita.

I - No primeiro nível, denominado pré-silábico, para as crianças “escrever é reproduzir os traços típicos da escrita que a criança identifica como a forma básica da mesma” (FERREIRO; TEBEROSKY, 1999, p. 193). Nesse contexto, as crianças, nesta fase, tentam reproduzir a maneira de escrever com que estão acostumadas em seu dia-a-dia, por exemplo, se estão acostumadas a ver ao seu redor pessoas escrevendo em letra cursiva também produzirão escritas em cursiva (com traçados ondulados e contínuos) ou se a forma mais comum de ver a escrita é em letras de imprensa, provavelmente, sua escrita será de imprensa (com círculos ou linhas verticais).

As letras escritas pelas crianças, nesta fase, podem ser muito parecidas, mas isso não impede que elas diferenciem e interpretem o que escreveram, porém não conseguem interpretar a escrita de outros. Ainda, nesta fase, as crianças costumam fazer uma correspondência entre a palavra escrita e o objeto reportado. Por exemplo, se o objeto é grande, a palavra também precisa ser grande, ou se o objeto for pequeno a palavra precisa ser pequena. Essa atitude é chamada pelas autoras de correspondência figurativa. Além disso, exigem uma quantidade mínima de letras para poder se escrever algo e, na maioria das vezes, determinam no mínimo três letras para cada palavra. Também pensam ser necessário escrever somente os substantivos de uma frase. Por exemplo, para se escrever “o sol brilha” acham necessário escrever somente a palavra sol.

II – Já no nível silábico, “para poder ler coisas diferentes, deve haver uma diferença objetiva nas escritas” (FERREIRO; TEBEROSKY, 1999,

p. 202). As crianças, nesta fase, não aceitam palavras escritas com letras repetidas, exigem uma variedade de caracteres para que a escrita possa ser interpretada. As formas gráficas que utilizam são próximas as das letras e, devido ao fato de terem um repertório muito pequeno, a solução que encontram para escrever várias palavras é mudar a posição das letras. Dessa forma, para escreverem palavras diferentes, usam as mesmas letras e mudam a ordem linear das mesmas.

III - Hipótese silábica: “este nível está caracterizado pela tentativa de dar “um valor sonoro a cada uma das letras que compõem a escrita”, denominado silábico com valor sonoro. Nessa tentativa, a criança passa por um período da maior importância evolutiva: cada letra vale por uma sílaba” (FERREIRO; TEBEROSKY, 1999, p.209). Esse terceiro período é marcado pelo começo de uma reflexão sonora, em que a criança descobre que existe uma correspondência entre as partes da palavra falada e as partes da palavra escrita. Juntamente com essa descoberta, em algumas crianças, pode surgir um conflito que diz respeito à exigência de uma quantidade mínima de grafias, por exemplo, se uma palavra tem somente duas sílabas, a criança poderá colocar somente duas letras para representar a mesma e sua exigência pode ser de, no mínimo, três letras para que a palavra possa ser lida.

A escrita silábica é o resultado de um dos esquemas mais importantes e complexos que se constroem durante o desenvolvimento da leitura-e-escrita. Esse esquema permite à criança relacionar, pela primeira vez, a escrita à pauta sonora da palavra: uma letra para cada sílaba; tantas letras quantas sílabas (FERREIRO, 1994, p. 79).

IV – O nível alfabético é marcado pela transição entre a hipótese silábica e a alfabética. Nesta etapa, a criança começa a perceber que precisa fazer uma análise que vá além da sílaba. Isso se deve a dois fatores: o primeiro é o conflito

gerado entre a escrita silábica e à exigência de uma quantidade mínima de caracteres para que a escrita possa ser interpretada; o segundo é que a criança com a intervenção dos adultos começa a analisar a escrita que tem ao seu redor e perceber que não consegue interpretar usando-se da hipótese silábica, além das outras pessoas não conseguirem ler o que ela escreveu. Isso provoca uma grande inquietação, pois não é possível saber escrever o que não pode ser lido. É, nesse momento, que a criança começa a perceber “que escrever algo é ir representando, progressivamente, as partes sonoras desse nome” (FERREIRO; TEBEROSKY, 1990, p. 217). Nesse momento, é possível perceber o quanto é difícil para a criança organizar todas as hipóteses que foi criando ao longo de seu processo de evolução da escrita além dos dados que o meio lhe proporcionou.

V - Escrita alfabética. Essa é a última fase dessa evolução:

Ao chegar a este nível, a criança já franqueou a “barreira do código”; compreendeu que cada um dos caracteres da escrita corresponde a valores sonoros menores que a sílaba e realiza sistematicamente uma análise sonora dos fonemas das palavras que vai escrever. Isto não quer dizer que todas as dificuldades tenham sido superadas: a partir desse momento, a criança se defrontará com as dificuldades próprias da ortografia, mas não terá problemas de escrita no sentido estrito (FERREIRO; TEBEROSKY, 1999, p. 219). Grifos do autor

A partir desse momento, a criança tem claramente estabelecido que a escrita é a reprodução/representação da nossa linguagem. Já tem o conhecimento sobre os grafemas e consegue analisar a sonoridade dos fonemas. É importante salientar que esses passos que Ferreiro e Teberosky (1999) trazem não devem ser empregados em momentos distintos em uma sala de aula. Estes devem ser trabalhados de forma simultânea, atendendo as especificidades de cada aluno, pois

em uma mesma sala podemos encontrar alunos que estão em diferentes níveis, além de ser comum acontecer casos em que as crianças regridem a níveis anteriores devido aos conflitos que surgem durante o percurso de aquisição da escrita e que não conseguem achar uma explicação. Analisando passo a passo as fases de construção da escrita pelas crianças, é possível perceber o quanto é complexo e muito lógico todo esse processo, além de ser fantástico pensar que as crianças constroem o seu conhecimento, organizam dados a fim de resolver os seus conflitos e suas dúvidas. De acordo com Grossi (1990):

Os conflitos de passagens são momentos precisos do processo que se caracterizam pela evidência de contradições nas condutas do sujeito que aprende, as quais perdem a estabilidade do nível anterior e ainda não se organiza de acordo com o nível seguinte. São os momentos privilegiados, mais difíceis, de desequilíbrio e conflito, que só são superados por uma nova organização dos elementos em jogo, numa estrutura qualitativamente superior a anterior (GROSSI, 1990, p. 53).

Trata-se da tomada de consciência¹ de que sua escrita não está coerente e precisa mudar alguma coisa para que esta fique mais lógica. Esses conflitos ocorrem pelo fato de que o sujeito que está construindo suas interpretações, faz uma rigorosa exigência a si mesmo pela busca por uma coerência e uma lógica interna. Por esse motivo, não aceita algo que não consegue entender, pois esse sujeito não é um ser passivo, mas sim, ativo e que se propõe problemas visando ampliar sua capacidade cognitiva. E para isso vai sempre pegando as informações que lhe são passadas e transformando-as, criando novas hipóteses, melhorando o seu raciocínio e, construindo o seu conhecimento. Para Ferreiro (1994):

A construção de um objeto de conhecimento implica muito mais que mera coleção de informações. Implica a construção de um esquema conceitual que permita interpretar dados prévios e novos dados (isto é, que

1-Nesta perspectiva, a tomada de consciência é entendida como uma construção que decorre das relações do sujeito com o objeto, sendo a mesma vista como uma conceitualização, (PIAGET, 1977, p. 200).

possa receber informação e transformá-la em conhecimento); um esquema conceitual que permita processos de inferência acerca de propriedades não-observadas de um determinado objeto e a construção de novos observáveis, na base do que se antecipou e do que foi verificado (FERREIRO, 1994, p. 66).

É tarefa do professor, formar o aluno capaz de construir seu próprio conhecimento, uma vez que ele será mais crítico e participativo na sociedade em que estiver inserido, conseguindo assim interagir e reformular as informações que recebe do meio, não sendo somente um mero espectador. E, com isso, empenhar-se por aperfeiçoar seus conhecimentos. Para se alcançar o sucesso no ensino e aprendizagem é necessário que durante as aulas sejam levados em consideração os aspectos culturais, econômicos, sociais e psicológicos que estão inseparavelmente ligados aos sujeitos que se deseja ensinar.

Para isso, a escola precisa ser conhecedora de todos os aspectos reflexivos que levam uma criança a construir sua escrita, precisa saber sobre os processos que levam o sujeito a refletir diante do sistema gráfico e fonético, respeitando assim, o momento em que cada aluno está a fim de ajudá-lo a seguir para as etapas subsequentes. É muito importante a participação da escola nesse processo de construção da escrita, pois é, através de práticas pedagógicas adequadas, que o aluno irá transgredir em nível de conhecimento, ou estagnar, por meio de experiências desestimuladoras.

2. Qual é a importância do professor alfabetizador conhecer como ocorre esse processo?

Como já comentamos ao longo do trabalho, a criança ao ingressar na escola já possui diferentes conhecimentos sobre a escrita e se torna tarefa do professor ajudar o aluno a percorrer esse caminho de hipóteses até chegar à forma convencional

da escrita. Entretanto, para que isso ocorra, o professor alfabetizador deve conhecer como a criança assimila as informações recebidas e as modifica através de processos internos que são particulares da mesma e, sobretudo, é fundamental que o professor, além de conhecer, também respeite a maneira própria da criança articular as suas ideias sobre a escrita, valorizando as suas tentativas de interpretar os códigos.

Ao entrar na escola, a criança já é capaz de entender e falar a língua portuguesa com precisão. Essa criança aprendeu a falar e a interpretar o que lhe falam, revelando um processo de aquisição de linguagem que teve grande desenvolvimento a partir de seu primeiro ano de idade. Sua habilidade com o uso da linguagem, dispondo de modos de falar e externar suas dúvidas, começando com um pequeno vocabulário, que aprende a partir de suas relações sociais e se expande a partir de seu desenvolvimento (CAGLIARI, 2009).

Ao pensar a escrita, as tentativas de interpretar os códigos podem não estar de acordo com a forma convencional da escrita, mas são construções autênticas de cada indivíduo que as elaborou, utilizando-se de um seguimento de reflexões acerca do código alfabético. Para Ferreiro (1994):

Ao tratarmos como inteligível a produção escrita da criança, na medida em que esta não se aproxima da escrita convencional, estaremos desvalorizando seus esforços para compreender as leis do sistema. Imitando a mãe que age “como se” o bebê estivesse falando quando produz seus primeiros balbucios, o professor teria que aceitar as primeiras escritas infantis como amostras reais de escrita e não como puros “rabiscos” (FERREIRO, 1994, p. 62).

O professor deve propiciar aos alunos interações que façam com que os mesmos reflitam sobre sua escrita, reelaborem suas hipóteses, a fim de se chegar aos problemas de sua escrita e tentar solucionar seus conflitos.

Essas interações podem ser feitas de várias maneiras, inclusive proporcionando aos alunos oportunidades de interagir entre si, pois em uma sala de aula podemos encontrar alunos em fases diferentes, em que um pode ajudar o outro a progredir para níveis superiores. Essas interações devem acontecer em conjunto com as intervenções do professor, que irá auxiliar os alunos na retirada de dúvidas e na elaboração de conflitos que farão com que as crianças reflitam e percebam o que ainda falta em suas produções para que estas atendam as formalidades gráficas. Quando se fala em trabalhos em grupos não significa deixar de lado as especificidades de cada aluno, pelo contrário, é muito importante nesse processo, que o professor leve em conta o estágio em que cada criança se encontra, pois através de interações pedagógicas os alunos podem evoluir em suas técnicas e executar com mais facilidade suas produções gráficas. Conforme Grossi (1990):

Propor-se uma caracterização bem pessoal de cada aluno não implica que o ensino deva ser individualizado para ser eficiente. Muito pelo contrário, aprende-se em interações com os outros, e a riqueza das trocas entre alunos em níveis diferentes, numa turma que tenha por volta de trinta alunos, não só é aceitável, mas desejável. Entretanto, conhecendo-se cada vez mais profundamente como se constrói a aprendizagem da leitura e da escrita, melhor se pode planejar e organizar os trabalhos de aula (GROSSI, 1990, p. 24).

Devido a isso é que a escola precisa se preocupar em proceder de acordo com a maneira que seu aluno aprende, partindo sempre do que ele já conhece sobre o assunto e sobre o funcionamento da escrita, já que este iniciou sua aprendizagem antes de chegar à escola. Pois para elaborar um planejamento escolar que atenda às necessidades dos alunos e seja capaz de alcançar os objetivos educativos, é preciso que se conheça e respeite como o aluno irá aprender, levando-se em consideração o seu capital cultural e sua realidade social. Para a elaboração desse

planejamento, a escola deve conhecer quais são os problemas que a criança encontra durante seu percurso de alfabetização. Ferreiro (1994) fala sobre esses problemas que a criança enfrenta:

Apesar das práticas escolares, seu problema não é compreender tal ou qual regra de correspondência sonora, tal ou qual escrita isolada. Seu problema é compreender a natureza do sistema de escrita que a sociedade lhes oferece. Para compreendê-lo enquanto sistema estão obrigadas a reconstruí-lo internamente, em vez de recebê-lo como um conhecimento pré-elaborado (FERREIRO, 1994, p. 95). Grifos do autor

Através de interações bem planejadas, a escola chegará mais fácil até seus alunos, proporcionando a eles o conhecimento escolar sistematizado. Mas para que o professor consiga alcançar seus objetivos e ter sucesso na alfabetização de seus alunos, é preciso um bom planejamento de suas aulas e também um trabalho em conjunto de toda a escola, com práticas pedagógicas que consigam atingir o objetivo de instruir as crianças para que estas sejam capazes de construir seu próprio conhecimento.

O planejamento do professor deve contemplar fatores que disseminem a ideia de que é o aluno o sujeito principal de sua aprendizagem e, por isso, o professor tem a função somente de instigar o aluno a refletir e consequentemente evoluir em seu processo de alfabetização. É no planejamento que o professor irá estabelecer seus objetivos e traçar um caminho para ter sucesso na alfabetização de seus alunos. Por isso, a importância do professor ter uma formação adequada e acima de tudo ter bons ideais pedagógicos. Ferreiro (1994) acrescenta:

É necessário imaginação pedagógica para dar as crianças oportunidades ricas e variadas de interagir com a linguagem escrita. É necessária formação psicológica para compreender as respostas e as perguntas das crianças. É necessário entender que a aprendizagem da linguagem escrita é

muito mais que a aprendizagem de um código de transcrição: é a construção de um sistema de representação (FERREIRO, 1994, p. 102).

Durante o processo de aquisição da escrita, o professor deve ficar atento para os conflitos de passagem, pois eles “são fecundos caracterizados pelo sentimento de falta de ideias. São tomadas de consciência da ignorância que era o nível anterior” (GROSSI, 1990, p. 54). É quando as crianças percebem que os seus esquemas são insuficientes para resolver a problemática da escrita e, com isso, podem acabar desanimando e abandonando suas tentativas. E é a partir disso que o professor deve agir, a fim de incentivar e fazer com que o aluno continue construindo seu próprio conhecimento. Para que isso ocorra, é necessária a organização de atividades que possibilitem aos alunos a compreensão e a solução de seus problemas com a escrita:

Trata-se de criar um conjunto orgânico de atividades didáticas que conduzem a uma nova atmosfera da alfabetização, onde o aluno é considerado como um ser pensante que constrói os seus conhecimentos na interlocução com quem sabe mais do que ele, com quem sabe tanto quanto ele e com quem sabe menos (GROSSI, 1990, p. 26).

Durante suas interações com as crianças, o professor deve ter a preocupação para não tornar o aluno totalmente seu dependente, estimulando-o sempre a criar suas hipóteses e buscar construir seu conhecimento, tornando-se assim um sujeito ativo. O sujeito ativo adquire conhecimentos por meio de suas ações sobre os objetos do meio em que vive. Ferreiro e Teberosky (1999) falam sobre o sujeito ativo:

Um sujeito ativo é aquele que compara, exclui, ordena, categoriza, reformula, comprova, formula hipóteses, reorganiza, etc., em ação interiorizada (pensamento) ou em ação efetiva (segundo seu nível de

desenvolvimento). Um sujeito que está realizando materialmente algo, porém, segundo as instruções ou o modelo para ser copiado, dado por outro, não é, habitualmente, um sujeito intelectualmente ativo (FERREIRO; TEBEROSKY, 1999, p. 32).

Uma criança que não é estimulada a pensar e a pesquisar pode se tornar um adulto que viverá sempre buscando o auxílio de alguém, por isso a importância da escola encorajá-lo a refletir e a ter opinião diante dos acontecimentos de sua vida em geral. A isso se atribui o fato da escola ter, não somente que alfabetizar, mas alfabetizar letrando. Através de interações pedagógicas que visem à formação completa do sujeito que fará parte de uma sociedade letrada e altamente exigente de pessoas portadores de muitos conhecimentos e saberes.

3. Conceito de alfabetização e letramento

A alfabetização tem sido uma questão bastante discutida por aqueles que se preocupam com a educação, uma vez que há algumas décadas nos deparamos com as mesmas dificuldades de aprendizagem, bem como as inúmeras reprovações e a evasão escolar. Dentre esses problemas se encontram as dificuldades com a língua e a linguagem, que os alunos encontram, e que na maioria das vezes a escola não consegue resolver e devido a isso, eles acabam sendo levados para a vida. Essas dificuldades com a linguagem podem se tornar sérios obstáculos na adulta.

Nos dias atuais é impossível falar de alfabetização sem falar de letramento, já que este termo vem sendo amplamente discutido no âmbito escolar. E escrita, letramento e alfabetização, têm sido trabalhados de forma conjunta e indissociável. Atualmente, a escola não tem mais somente a função de ensinar a criança a codificar e decodificar de forma mecânica a escrita. Mas deve proporcionar ao aluno a possibilidade de

fazer um uso social da leitura e da escrita, como forma de interagir com o mundo gráfico, isto é, usar diversos materiais escritos e, acima de tudo, ser capaz de interpretá-los e entendê-los. A fim de fazer uso consciente dos dados e conhecimentos que estes podem lhe proporcionar, melhorando assim sua vida cotidiana. Ou seja, cabe ao sistema escolar promover entre seus alunos, o letramento, introduzindo-os assim, de forma ativa na sociedade, conforme Soares (2003):

Socialmente e culturalmente, a pessoa letrada já não é a mesma que era quando analfabeta ou iletrada, ela passa a ter uma outra condição social e cultural – não se trata propriamente de mudar de nível ou classe social, cultural, mas de mudar seu lugar social, seu modo de viver na sociedade, sua inserção na cultura – sua relação com os outros, com o contexto, com os bens culturais torna-se diferente (SOARES, 2003, p. 37).

O sentido dado por Soares, indica uma das funções sociais da escola: trabalhar com os alunos o conhecimento científico e sistematizado, impulsionando-os a tornarem-se críticos diante de sua realidade social, podendo transformar efetivamente suas vidas e as questões injustas em que o meio lhe colocará. A escola que alfabetiza e torna seu aluno letrado, irá conduzir assim, todos a um progresso pessoal e conseqüentemente social, pois “o letramento é considerado como responsável por produzir resultados importantes: desenvolvimento cognitivo e econômico, mobilidade social, progresso profissional, cidadania” (SOARES, 2003, p.74). Hoje não se espera de um indivíduo apenas que este domine o código alfabético, mas sim, que seja capaz de participar e de se relacionar, nos mais diversos contextos, utilizando-se da leitura e da escrita. Para Kleiman (2007):

O letramento tem como objeto de reflexão, de ensino, ou de aprendizagem os aspectos sociais da língua escrita. Assumir como objetivo o letramento no contexto do ciclo escolar implica adotar na alfabetização uma

concepção social da escrita, em contraste com a concepção tradicional que considera a aprendizagem de leitura e produção textual como a aprendizagem de habilidades individuais (KLEIMAN, 2007, p. 01).

O objetivo central da ação pedagógica deve ser o letramento e a busca por partir sempre do contexto social em que o aluno está inserido, para que a partir do momento que o professor tenha consciência de quais habilidades o aluno irá precisar para participar das práticas sociais de sua comunidade, elabore os conteúdos de seu planejamento. O que irá determinar o sucesso no ensino e na aprendizagem é a familiaridade que o aluno já tem com os conteúdos e a contextualização significativa que o professor irá fazer ao ensiná-los, pois quando o aluno percebe a relevância deste para sua vida tem muito mais interesse em aprender. Além disso, o professor também deve levar em consideração as particularidades de cada aluno, pois estes “não devem ser tomados como iguais, em nenhum momento do processo. É fundamental valorizar o singular na hora em que o aluno formula uma hipótese, dá uma resposta, questiona uma informação, demonstra seus conhecimentos, enfim” (KLEIMAN, 2007, p. 05). O professor deve questionar seus alunos para que reportem as suas mais variadas experiências, tanto as vivenciadas dentro da escola como aquelas externas ao ambiente escolar, para que possam partir delas, na elaboração de seu planejamento. Não se esquecendo nunca de que deve planejar para alfabetizar letrando, não somente fazendo com que seus alunos decorem o sistema gráfico, sem compreendê-lo:

A alfabetização (em qualquer de seus sentidos) é inseparável do letramento. Ela é necessária para que alguém seja considerado plenamente letrado, mas não é o suficiente. A prática de alfabetização, que tem por objetivo o domínio do sistema alfabético e ortográfico, precisa do ensino sistemático, o que a torna diferente de outras práticas de letramento (KLEIMAN, 2010, p. 08-09).

Quando se fala de alfabetização, logo nos reportamos às práticas para se ensinar as primeiras letras a um indivíduo, mas esse momento pode e deve ser rico para a aquisição do letramento, pois essa criança que está aprendendo as primeiras letras e formando suas primeiras palavras, está em um momento muito rico, em que sua criatividade e seu raciocínio, estão a todo vapor. Essa criança está realizando operações mentais, refletindo, pensando e concedendo suas próprias conclusões sobre tudo o que está aprendendo, e a escola deve aproveitar esse momento para instigar o aluno ainda mais a imaginar e fazer com que seus estudos sejam proveitosos para sua vida em todos os contextos.

O professor deve cultivar no aluno a ideia de que tudo o que ele aprende na escola será de grande valia para sua vida, no presente e no futuro. E que este deve desenvolver suas habilidades e competências e fazer uso delas em seu dia-a-dia, buscando se inserir na sociedade e participar ativamente de seu desenvolvimento. Ou seja, o professor deve proporcionar aos seus alunos o conhecimento da importância do letramento em sua vida. Segundo Soares (2003):

[...] o letramento é um estado, uma condição: o estado ou a condição de quem interage com diferentes portadores de leitura e de escrita, com diferentes gêneros e tipos de leitura e de escrita, com as diferentes funções que a leitura e a escrita desempenham na nossa vida. Enfim: letramento é o estado ou a condição de quem se envolve com numerosas e variadas práticas sociais de leitura e escrita (SOARES, 2003, p. 44).

Para que o aluno seja capaz de progredir nas práticas de letramento, é preciso desenvolver nele o conhecimento de como usar as habilidades da leitura e da escrita e não somente ensiná-lo a ler e a escrever. O mundo contemporâneo exige das pessoas consideradas alfabetizadas, muitas habilidades, ao contrário do que acontecia há alguns

anos atrás, quando “para ser alfabetizado era suficiente ter domínio do código alfabético. Hoje, se espera que, além de dominar esse código, o aluno consiga se comunicar por meio da escrita, numa variada gama de situações” (KLEIMAN, 2010, p. 20). A autora, ao citar uma variada gama de situações, refere-se ao contato do aluno com diversos gêneros discursivos, presentes em diversas manifestações da linguagem.

O ambiente escolar deve proporcionar aos alunos uma realidade próxima à realidade de outros ambientes sociais em que a criança participa, proporcionando a esses que façam interações coletivas, a fim de trocarem opiniões e experiências. A escola deve deixar de lado o tradicionalismo e parar de tratar a aprendizagem do aluno como sendo individualista, em que cada aluno deve ir em busca do seu conhecimento sem agir reciprocamente com os colegas. As interações entre os alunos podem proporcionar um melhor aprendizado, pois através do trabalho coletivo e da cooperação entre eles, vão sendo sanadas as dúvidas e ampliados os conhecimentos, pois cada um possui saberes e habilidades diferentes. Esses trabalhos coletivos devem ter sempre a orientação e as intervenções adequadas do professor. Para Kleiman (2007):

A diferença entre ensinar uma prática e ensinar para que o aluno desenvolva uma competência ou habilidade não é mera questão terminológica. Na escola, onde predomina a concepção da leitura e da escrita como competências, concebe-se a atividade de ler e escrever como um conjunto de habilidades progressivamente desenvolvidas até se chegar a uma competência leitora e escritora ideal: a do usuário proficiente da língua escrita. Os estudos do letramento, por outro lado, partem de uma concepção de leitura e de escrita como práticas discursivas, com múltiplas funções e inseparáveis dos contextos em que se desenvolvem (KLEIMAN, 2007, p. 02).

Para se alcançar o objetivo do letramento, é preciso que as escolas transformem suas salas

de aula em um local atrativo para as crianças, com muitas opções de atividades para estimulá-las a ler e a escrever. O professor pode ter na sala uma minibiblioteca com vários tipos de livros, jornais, revistas, com conteúdos que sejam significativos para os alunos; pode utilizar as paredes de forma vantajosa construindo murais atraentes, que devem ser sempre atualizados com muitas informações uteis para as crianças. Lembrando-se sempre de que esses materiais devem estar acessíveis aos alunos, para que estes possam explorá-los. O professor pode propiciar aos seus alunos em sala de aula vários momentos com atividades que irão instigá-lo a ler e a escrever por prazer. Brilhante (2010) propõe que o professor crie uma rotina com momentos que estimulem o seu aluno a ler, criando:

[...] o Tempo Para Gostar de Ler, que tem como objetivo o letramento e a formação do leitor, sendo o momento propício para o aluno se apaixonar pelos livros, ler por prazer, gostar de ouvir histórias, ler o que quiser, visando o desenvolvimento do hábito da leitura; o Tempo de Leitura e Oralidade, que visa à aquisição da leitura e o desenvolvimento da fala, objetivando a compreensão do que se lê e do que se fala e escuta; e o Tempo de Aquisição da Escrita, que objetiva a aquisição do sistema de escrita alfabética e a formação do produtor de textos (BRILHANTE, 2010, p. 12).

Para o processo de alfabetização e letramento dos alunos é muito importante que o professor trabalhe de acordo com as expectativas dos mesmos, proporcionando a eles mais segurança e familiaridade com o ambiente escolar. Ferreiro (1999) fala que nem sempre as propostas metodológicas e as concepções infantis estão em consonância, às vezes o que a escola está propondo não é realmente como o aluno irá aprender melhor.

Na tentativa de transmitir aos seus alunos o código alfabético, os professores acabam impondo conceitos elaborados por si mesmos, como o de que toda criança chega à escola sem nenhum conhecimento e que irá aprender a ler e a escrever

somente fazendo exercícios de repetição exaustivos e com isso acabam simplificando esse processo que na verdade é mais rico e complexo do que eles imaginam. A escola imagina o seu aluno como um sujeito passivo que só precisa receber informações acabadas. Não o compreende, muitas vezes, como um sujeito ativo que constrói seu conhecimento por meio de conceitualizações próprias e de interação com o meio em que está inserido.

Os alfabetizadores podem contribuir significativamente nesse processo, a partir do momento que descobrirem “um sujeito que reinventa a escrita para fazê-la sua, um processo de construção efetivo e uma originalidade nas concepções” (FERREIRO, 1999, p.296). E essa originalidade deve ser compreendida pelo professor e jamais ignorada. O professor alcançará essas habilidades quando se reconhecer como um facilitador da aprendizagem e não como sendo o único sujeito capaz de produzir e transmitir conhecimentos que para ele parecem ser prontos e perfeitamente acabados.

Nessa conjuntura, vale destacar Cagliari (2009) quando menciona que o processo de alfabetização inclui muitos fatores e quanto mais ciente estiver o professor de como se dá esse processo de aquisição de conhecimento, de como a criança se situa em relação ao seu desenvolvimento emocional, de como evolui seu processo de interação social; da natureza da realidade linguística envolvida no momento em que ocorre a alfabetização, “mais condições terá esse professor de encaminhar de forma agradável e produtiva o processo de aprendizagem, sem sofrimentos habituais” (CAGLIARI, 2009, p. 06).

4- Considerações finais

Com a realização desta pesquisa, a partir das leituras realizadas, foi possível perceber a importância e a riqueza do processo de

construção da escrita das crianças em período inicial de alfabetização. Podendo, assim, melhor reconhecer passo-a-passo toda a caminhada do sujeito que inicia sua alfabetização até se chegar à forma gráfica convencional, superando assim todas as barreiras do código. Procuramos entender as concepções infantis a partir de abordagens teóricas que nos possibilitaram concluir que esse processo não acontece em um momento, mas sim que é gradual. A partir, das interações do sujeito com o meio este vai construindo concepções, formulando hipóteses e conseqüentemente evoluindo suas técnicas para compreender a escrita.

No desenrolar do trabalho, refletimos sobre a importância do professor ser conhecedor desse processo, para conseguir alcançar o sucesso da alfabetização. Pois é através das intervenções adequadas do professor que a criança irá internalizar as formalidades do sistema gráfico e fonético, e essas intervenções pedagógicas só são possíveis a partir do momento que o professor conhece e respeita como o seu aluno aprende e raciocina diante da escrita e da leitura.

Podemos constatar durante as leituras e análises bibliográficas que a criança já possui pré-conceitualizações sobre a escrita antes mesmo de ingressar no sistema escolar e esta não é passiva diante das informações que recebe. Pelo contrário, ela se utiliza dessas informações para desenvolver novas reflexões e elaborar novas hipóteses, que tem uma enorme lógica dentro do seu modo de pensar sobre a escrita e a leitura. Além disso, o estudo realizado também evidencia a importância da escola alfabetizar letrando para que seus alunos se tornem sujeitos cognocentes, com habilidades intelectuais desenvolvidas a fim de serem críticos no meio em que estão inseridos.

É no início da escolarização que a criança vai construir suas referências e, por isso, a escola deve lapidar suas escolhas pedagógicas a fim de formar esse sujeito um ser reflexivo e coerente, para que a escola

só deixe registros bons que serão vivenciados ao longo de toda sua trajetória de formação enquanto cidadão. A partir dos estudos realizados, foi possível perceber a ênfase que autores dessa temática dão a essa formação crítica e reflexiva.

Durante o processo de elaboração do trabalho e a partir das reflexões teóricas, foi possível concluir que é fundamental para o trabalho docente, que o professor tenha uma formação adequada para trabalhar com a alfabetização de crianças e, acima de tudo, seja um professor pesquisador e criativo, para estar sempre planejando e adequando suas práticas pedagógicas.

A realização deste trabalho trouxe contribuições para a formação de professores, pois elucida questões importantes, relacionadas ao ato de ensinar. Traz questões atuais, como o letramento, que servem para orientar as atividades a serem desenvolvidas em sala de aula. Por fim, colabora com a disseminação das ideias de Ferreiro (1999), que faz uma crítica ao tradicionalismo que considera o aluno como sendo um simples receptor de conteúdo, além disso, Ferreiro nos possibilita ter um novo olhar diante do sujeito que aprende, vendo este como sendo o foco de todo direcionamento escolar. Ou seja, o ensino deve ser pensado, visando ensinar conforme o aluno melhor irá aprender.

Esse trabalho trouxe um apanhado de referências bibliográficas dos principais autores que tratam da temática da construção da escrita como a Ferreiro, Teberosky, Grossi, entre outros, entretanto, não contempla o todo do tema por isso, diante da conclusão aqui obtida, sobre como a criança em processo inicial de alfabetização interpreta a escrita, e da importância do professor alfabetizador respeitar essas questões, fica aberta a possibilidade de, na próxima oportunidade, dar continuidade a essa pesquisa realizando então uma pesquisa de campo, com o objetivo de conhecer a realidade de nossas escolas, como

acontece esse processo nas salas de alfabetização, de que forma ele é trabalhado, quais as dificuldades que os professores encontram, entre outras questões.

Referências bibliográficas:

BRILHANTE, Luiza Hermínia de Almeida Assis. Alfabetização e Letramento: **Por uma Proposta Didática para Alfabetizar Letrando**. Disponível em: http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/VI.encontro.2010/GT.4/GT_04_01_2010.pdf. Acesso em 18 de setembro de 2015, às 15h.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e Linguística**. 11 ed. São Paulo: Scipione, 2009.

FERREIRO, Emília. **Alfabetização em processo**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Reflexões sobre alfabetização**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 1994.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

GROSSI, Esther Pillar. **Didática dos níveis pré-silábicos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

KLEIMAN, Ângela B. **Preciso “ensinar” a ler?** Não basta ensinar a ler e a escrever. Campinas: Cefiel/Unicamp & MEC, 2010. (Coleção Linguagem e Letramento em foco).

KLEIMAN, Ângela B. **O conceito de letramento e suas implicações para a alfabetização**. Campinas: Cefiel/Unicamp, 2007.

NOGUEIRA, Silvana da Silva; Silva, Priscila Cavalcante. **O Processo de Aquisição da Língua Escrita**: Fundamentado em Emília Ferreiro e Ana Teberosky. Fórum Internacional de Pedagogia, Santa Maria/RS, 2014.

PIAGET, Jean. **A tomada de consciência**. São Paulo: Melhoramentos, 1977.

SOARES, Magda. **Letramento: Um tema em três gêneros**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

Enviado em 05/12/2015

Aceito em 20/12/2015.